

Clipping nº 860

, 29 Agosto 2011 - 11:38:20

AlphaGraphics inaugura unidade em Jundiaí

No próximo dia 15 de setembro, a AlphaGraphics irá inaugurar sua 23ª franquia no Brasil. A nova unidade da rede está localizada em Jundiaí (SP), na Rua Cândido Rodrigues, 189 - Centro. No local, funcionava a MR Cópias, gráfica de propriedade de Alessandra e Evandro Carrero. Assim, a nova unidade nasce através do projeto de conversão de gráficas da AlphaGraphics. Entre os serviços oferecidos estão a impressão digital PB e colorida, plotagem técnica e de imagem, serviços de acabamento, como encadernações, plastificações e laminação, além da criação de cartões de visita, apostilas, folders e banners, entre outros. Além disso, a unidade já nasce como mais um canal de vendas do agFoto (www.agfoto.com.br), divisão de foto produtos da AlphaGraphics. Em breve, a unidade também será homologada para os pedidos do agBook (www.agbook.com.br) rede física de livros sob demanda da marca. Publish

Sector de embalagens deve obter receita líquida equivalente a R\$ 45,6 bilhões em 2011

A Associação Brasileira de Embalagem (Abre) divulgou recentemente o Estudo Macroeconômico da Embalagem Abre/FGV, que segundo a entidade, é o balanço setorial da área de embalagem referente ao 1º semestre de 2011, com perspectivas para o fechamento do ano. O estudo exclusivo da entidade, realizado há 15 anos pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV), é mais uma ação realizada visando o aprimoramento da cadeia de embalagem, reafirmando sua representatividade e importância na economia brasileira. De acordo com o estudo, a produção física de embalagem cresceu 2,98% no primeiro semestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010. No primeiro trimestre, a taxa de crescimento alcançou 5,01%, enquanto, no segundo, caiu para 0,98%. Esse número representa uma expansão de 4,18% entre junho de 2010 e junho de 2011 (12 meses). Outro dado importante é em relação ao emprego formal. O setor de embalagem observou um aumento de 8.262 postos entre junho de 2010 e junho de 2011, contra um aumento de 14.943 vagas entre junho de 2009 e junho de 2010. O nível mínimo de 199.930 vagas foi observado em abril de 2009. Em relação à importações e exportações, no 1º semestre de 2011, as exportações diretas do setor de embalagem tiveram faturamento de US\$ 229.496 mil. Este valor representa um crescimento de 24,99% em relação ao mesmo período de 2010, com forte desempenho da indústria de plásticos (40,13%), seguida das embalagens metálicas (27,35%). Nesse mesmo período, as importações de embalagens vazias tiveram um acréscimo de 20,25% com faturamento de US\$ 390.135 mil. Esses números indicam que a balança comercial do setor ficou deficitária com US\$ 229.496 exportados contra US\$ 390.135 mil de importações. Publish

Metalúrgicos rejeitam aumento real de 1,25% e reivindicam mais

As expectativas de inflação maior neste ano não desanimaram os metalúrgicos, que reivindicam reajustes reais mais robustos do que os alcançados no ano passado. Sindicatos com datas-base a partir de agosto consultados pelo Valor já apresentaram propostas que variam de 5% a 9,8% de aumento acima da inflação e uma oferta patronal de reajuste real de 1,25% foi recusada. A categoria é usada como base no movimento sindical para negociar aumentos de outros trabalhadores. Nos 12 meses terminados em julho, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizado nas negociações entre

empresários e sindicalistas, acumulou 6,87%.

Ainda que registre variações pequenas em julho e agosto, como estima o mercado, o INPC deve atingir taxa acima de 7,5% no acumulado até setembro e outubro, segundo previsão que o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) transmitiu aos sindicatos. Em igual período do ano passado, o INPC acumulava 3,31%.

A Federação Estadual dos Metalúrgicos (FEM) de São Paulo, filiada à CUT, rejeitou na última sexta-feira (19), uma proposta de aumento real de 1,25% e mais um abono salarial de R\$ 1.900 em setembro apresentada pelas montadoras Volkswagen, Ford, Mercedes-Benz, Scania e Toyota. Ontem houve nova rodada de negociação, mas as empresas não apresentaram uma nova contraproposta. No domingo, no ABC, os metalúrgicos fazem assembleia para discutir campanha salarial. DIAP

Usina indenizar o empregado por não fornecer guia para seguro-desemprego

O empregador que não fornecer ao empregado demitido sem justa causa a guia necessária para o recebimento do seguro-desemprego terá que pagar ao trabalhador indenização equivalente ao que ele deixou de receber. Essa é a jurisprudência pacífica do Tribunal Superior do Trabalho (TST), consolidada na Súmula número 389, II, aplicada pela Primeira Turma ao recusar recurso de revista da Usina da Barra Açar e Álcool.

A ação trabalhista foi proposta por um motorista de carreta em 2003. Ele conta que trabalhou por vários anos no transporte de açúcar da usina e que foi obrigado a constituir pessoa jurídica para continuar prestando serviços ao empregador. Demitido sem justa causa, ajuizou reclamação trabalhista pleiteando reconhecimento de vínculo de emprego, pagamento de verbas rescisórias, horas extras e seguro-desemprego, entre outros.

A empresa, por sua vez, negou o vínculo de emprego. Disse que o trabalhador era terceirizado, não estava submetido a controle de jornada e não havia subordinado nos serviços. No entanto, não conseguiu comprovar o alegado. As provas orais comprovaram a tese do empregado no sentido de que houve fraude na contratação. A empresa foi condenada em todas as instâncias a pagar ao empregado as verbas advindas do fim do pacto de trabalho, sem justa causa.

Quanto ao seguro-desemprego, a usina recorreu ao TST alegando que a obrigação imposta por lei estaria adstrita à entrega da guia correspondente, nada falando sobre pagamento de indenização correspondente. O argumento, porém, não foi acolhido. O ministro Lelio Bentes Corrêa, ao analisar o recurso do empresário, destacou em seu voto que o tema já se encontra pacificado no TST, no sentido de reputar cabível a indenização decorrente do não fornecimento, pelo empregador, das guias do seguro-desemprego. Dessa forma, o recurso patronal não foi conhecido. TST Processo: RR - 196600-75.2003.5.15.0024

Pesquisa aponta crescimento de empresas do setor de serviços em 2009, mesmo com a crise

Rio de Janeiro - Mesmo com a crise global, desencadeada no fim de 2008 e que se estendeu pelo primeiro semestre do ano seguinte, o setor de serviços não financeiros registrou crescimento em 2009. Naquele ano, havia 918,2 mil empresas do ramo, mais do que as 879,7 mil observadas em 2008.

A receita líquida gerada por elas também aumentou, alcançando R\$ 745,4 bilhões em 2009. Um ano antes, havia sido R\$ 680,1 bilhões.

Naquele ano, as empresas do setor ocuparam 9,7 milhões de pessoas e pagaram R\$ 143,5 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações. Um ano antes, havia 9,2 milhões de pessoas trabalhando nas empresas de serviços não financeiros, que foram responsáveis pelo pagamento de R\$ 128,1 bilhões em salários.

Os dados fazem parte da Pesquisa Anual de Serviços (PAS 2009), divulgada hoje (26) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento traça uma radiografia do setor em 2009, com informações sobre a estrutura produtiva do segmento empresarial que integra os serviços não financeiros no país. Para fazer a pesquisa, foram investigados sete ramos do setor de serviços.

De acordo com o economista do IBGE Guilherme Telles, esse desempenho confirma que o setor foi menos prejudicado pela crise, já

que não está tão exposto ao mercado externo.

Em 2009, houve variação positiva em todos os indicadores. Esse retrato confirma o fato de que o setor de serviços sofreu menos as consequências da crise do que outras atividades econômicas notadamente ligadas à indústria exportadora. Os serviços são produzidos no Brasil e têm uma possibilidade de importação ou de exportação muito pequena. Os vários incentivos do governo para favorecer o consumo das famílias, como os programas de renda e a concessão de crédito, ajudaram o setor, avaliou.

Conforme o levantamento, os serviços prestados às famílias, como hotéis e restaurantes, foram os que concentraram o maior número de negócios do setor em 2009, com 31,4% do total. Nesse segmento, os serviços de alimentação responderam pela maioria das empresas (64,9%) e foram responsáveis pela maior parte da receita operacional líquida (R\$ 45,5 bilhões), do pessoal ocupado (1,27 milhões de pessoas) e da massa de salários, retiradas e outras remunerações (R\$ 10,6 bilhões). Já os serviços profissionais, administrativos e complementares, que engloba os do ramo técnico, alugueiros não imobiliários, seleção e agenciamento de mão de obra, operadoras de turismo e agências de viagem, entre outros, responderam pela maior parcela do pessoal ocupado (3,89 milhões de pessoas, ou 40,2% do total). A média foi 14 pessoas por empresa, com destaque para a atividade de seleção, agenciamento e locação de mão de obra, cuja média chegou a 137 trabalhadores por empresa. Os serviços profissionais, administrativos e complementares também lideraram a massa salarial (R\$ 49,3 bilhões, ou 34,3%).

Em 2009, as empresas de serviços de informação e comunicação foram responsáveis pela maior parte da receita líquida do setor, tendo movimentado R\$ 214,4 bilhões (28,8% do total). Nesse segmento, a atividade de tecnologia da informação foi a que reuniu o maior número de empresas (67,3%), de pessoas ocupadas (49,6%) e do total de salários, retiradas e outras remunerações (50,1%). Agência Brasil

Executivos recorrem à Justiça do Trabalho

Os escritórios de advocacia têm notado uma nova demanda nos últimos anos: o aumento de executivos que buscam a Justiça do Trabalho para assegurar os seus direitos. As demandas giram entre R\$ 1 milhão e R\$ 15 milhões.

Não são raros os casos em que diretores de arte de grandes agências de publicidade, executivos de bancos, diretores executivos de empresa do ramo alimentício, diretores de redes de supermercados, entre outros profissionais, vão buscar junto a Justiça do Trabalho a proteção dessa relação com a empresa. E, nesses casos, as indenizações são altas, principalmente quando se relacionam também a dano moral, pois os cálculos partem de um valor salarial muito elevado, conta Ricardo Pereira de Freitas Guimarães, sócio do escritório Freitas Guimarães Advogados Associados.

Sem citar empresas ou diretores, o advogado revelou que já defendeu casos em que o valor pleiteado na Justiça ultrapassava a marca dos R\$ 13 milhões.

Bonificações, gratificações, integridades de salários e verbas rescisórias são alguns dos pedidos que chegam aos tribunais.

São ações complexas porque, muitas vezes, têm dados da intimidade da empresa, como índices de faturamento. Além disso, há questionamentos sobre cláusulas de concorrência, quando o executivo leva para a nova empresa informações da antiga, comenta Geraldo Baraldi Jr., do Demarest e Almeida Advogados.

Segundo ele, o escritório percebeu um aumento nesse tipo de demanda nos últimos cinco anos. Nossas ações nunca são inferiores a R\$ 10 milhões, revela.

Alguns dos processos crescem especialmente em função do fenômeno chamado pejetização, ou seja, de reais empregados que são contratados por meio de empresa constituída pelo próprio empregado (as chamadas PJs) para a prestação de serviços.

Ninguém é obrigado a nada, principalmente num mercado aquecido. Mas, agora, os que ocupam altos cargos descobriram

que não há mais preconceito com a Justiça trabalhista, afirma José Augusto Rodrigues Jr., do Rodrigues Jr. Advogados, que revela: Tivemos um aumento de 50% nesse tipo de ação só no último ano. Portal IG

Como é viver em Porto Alegre, a capital do pleno emprego

Com o desemprego em 4,7% e mais oferta de vagas do que trabalhadores, região metropolitana gaúcha vê mês de obra encarecer

Chamado pelo chefe no meio do serviço, Claiton Silva Vargas desceu contrariado nove lances de escadas do prédio em construção, no centro de Porto Alegre. Desde que assinou a carteira com uma construtora em dezembro, com salário mensal de R\$ 4 mil, o azulejista de 28 anos perdeu as contas do número de vezes que teve de parar o serviço para negar ofertas de trabalho. Já estava pensando o quealaria desta vez, disse, aliviado, ao saber que não precisaria inventar desculpas ao encontrar a reportagem do iG.

Como Claiton, o assédio é corriqueiro sobre os trabalhadores da construção civil, um dos setores responsáveis por manter o desemprego da região metropolitana de Porto Alegre entre os menores do País. Segundo a última pesquisa mensal de emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados de julho, a capital gaúcha aparece com um índice de 4,7%, ao lado de Belo Horizonte. O resultado de Porto Alegre é 1,3 ponto percentual inferior à média nacional. O desemprego da metrópole gaúcha e dos 32 municípios dos seus arredores foi o menor nos primeiros seis meses do ano, colocando a cidade próxima da condição do pleno emprego - conceito utilizado por economistas para definir locais onde praticamente grande parte da população economicamente ativa está ocupada. Segundo especialistas, o Brasil teria pleno emprego quando os indicadores de desemprego ficarem na faixa entre 5% e 6%.

Em dezembro, quando Claiton deixou a vida de autônomo e viu sua renda mensal dobrar com o novo emprego, o índice de Porto Alegre havia atingido 3%. Foi a menor taxa de desocupação alcançada entre as seis regiões metropolitanas pesquisadas desde que a série começou a ser feita na década de 1980. Estamos próximos de um cenário de pleno emprego, no qual as taxas de desemprego são consideradas friccionais (quando o trabalhador fica fora do mercado de trabalho por um curto período), diz o economista Flávio Fligenspan, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O desemprego friccional é considerado uma condição natural, uma vez que sempre existirá um nível de desocupação na economia por conta dos trabalhadores que estão trocando de função ou em busca de novas oportunidades. É inegável que se trata de uma situação muito privilegiada em termos históricos, diz Fligenspan.

Uma conjunção de fatores conjunturais e estruturais torna a região metropolitana mais meridional do país um dos símbolos da fatura de emprego - alguns deles com características muito singulares. Além de aproveitar o bom momento da economia brasileira, o Rio Grande do Sul tem polos industriais espalhados pelo Estado e não concentrados ao redor da metrópole. Ao contrário de outros Estados, os movimentos migratórios em busca de emprego no Rio Grande do Sul não miram a capital e arredores, mas outras regiões como a serra gaúcha e o Norte. O município de Caxias do Sul, na Serra, é o campeão em atração de novos migrantes, segundo dados do IBGE. Por isso, segundo economistas, a situação do pleno emprego da cidade é tão particular. Sem os migrantes e os desempregados que rondam zonas industriais das demais capitais brasileiras, Porto Alegre e região apresentam maior equilíbrio entre a oferta de trabalho e a demanda por emprego. Portal IG

Ninguém me ouve no trabalho

Suas ideias são sempre as primeiras a serem descartadas? Suas opiniões parecem sem valor? Saiba como mudar essa situação

Costumo dizer que quem não participa, boicota. Não importa se for apenas uma ideia ou um grande projeto, afirma Marcelo Cuellar, executivo da Michel Page, empresa de recrutamento especializado em gerência e alto executivo. Por isso, afirma Marcelo, a importância do gestor dar oportunidade aos seus funcionários para que participem das reuniões trazendo novas ideias e propostas é enorme. Com isso, a equipe permanece mais focada e unida.

Por outro lado, o executivo explica que existe diferença entre realmente não ser ouvido e ter a sensação de que ninguém leva suas opiniões em consideração. Muita gente acha que ser ouvido é ter uma ideia aceita, mas isso não é verdade. A realidade hoje é muito mais competitiva do que há 30 anos. Tudo é mais contestado. As ideias não deixaram de ser ouvidas, apenas não são mais tão facilmente aceitas, aponta.

CURTA A PÁGINA DO DELAS NO FACEBOOK E SIGA NO TWITTER

Alguns gestores realmente têm dificuldade para ouvir seus funcionários. Nestes casos, a falha é da empresa que não possui um procedimento que possibilite aos seus colaboradores uma contribuição mais efetiva. Poder se expressar é muito importante no ambiente corporativo, pois é a base de grandes ideias, afirma a consultora de Recursos Humanos da Catho Online Rafaela Almeida. Mas e se a empresa estimula o funcionário a participar e a contribuir com novas propostas e mesmo assim alguns não conseguem se impor? Neste cenário, o funcionário precisa entender onde está errando.

Problemas comuns

De acordo com a diretora da Stanton Chase, empresa de recrutamento de executivos, Selma Morandi, um dos problemas mais comuns é não ter segurança suficiente para defender seu ponto de vista. O enfrentamento é inevitável. Para poder encarar todos os questionamentos que uma ideia nova provoca é preciso entender muito bem do que está falando.

Segundo Rafaela, no ambiente corporativo, é preciso ter jogo de cintura e saber o momento adequado de falar. Além, claro, de ter ótimos argumentos. Para expor suas ideias, utilize dados concretos. Evite dar apenas opiniões.

Marcelo diz que muitos funcionários ainda não sabem como contribuir com novas perspectivas da forma correta. A maneira como algo é mostrado importa muito. Email, por exemplo, não tem tom de voz nem sensação de urgência. Não é a melhor forma de comunicação se você precisa vender seu ponto de vista.

Ousadia também é fundamental, diz Selma. Pessoas tímidas ou inseguras, que tenham medo de críticas, apresentam mais dificuldade em se expor. Isso não quer dizer que elas não tenham nada para acrescentar, apenas que não sabem como fazê-lo. Ela afirma que são justamente os mais ousados os primeiros a se sobressaírem. O marketing pessoal, hoje, vem em primeiro lugar. Um profissional pode ser ótimo, mas se não souber se vender terá mais dificuldade em ser notado.

Marcelo ressalta que procurar outro emprego pode ser uma forma precipitada de resolver o problema. A pessoa pode ter dificuldade em se expressar. Se mudar de emprego, a inabilidade de se comunicar ainda estará lá. Antes de tomar essa atitude, é preciso identificar se o problema é o funcionário ou a empresa. Se for a empresa, segundo ele, a ideia da troca de local de trabalho deve ser pensada. Portal IG

Jorge Caetano Fermino